

DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO AGRÁRIA: REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Ana Cristina Oliveira de Almeida

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
(Departamento de Educação) Universidade Federal Rural de Pernambuco
E-mail: anacris.olialmeida@gmail.com

Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza e professora na Universidade Federal do
Agreste de Pernambuco - UFape
horasa.andrade@ufape.edu.br

Luciano Pires de Andrade

Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza e professora na Universidade Federal do
Agreste de Pernambuco - UFape
luciano.andrade@ufape.edu.br

Resumo

O desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro está atrelado às relações sociais e com a natureza estabelecidas para fincar os projetos para a agricultura brasileira sob os interesses das diversas categorias envolvidas, promovendo conflitos inevitáveis. Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir a relação entre a modernização da agricultura e a questão agrária brasileira, e quais as influências desses processos na realidade do Território da Mata Sul de Pernambuco. Os dados foram levantados através de uma revisão integrativa e a seleção dos estudos foi feita com base na análise booleana da bibliografia consultada a respeito da questão agrária em Pernambuco e no Brasil, a partir do resumo, palavras-chave e título com base na pergunta geradora desta pesquisa. Também foram realizadas entrevistas com informantes-chave, os quais são representantes de seguimentos no Território da Mata Sul de Pernambuco. A realidade do território estudado é uma síntese de processos históricos existentes no meio rural para desenvolver um projeto de modernização da agricultura com raízes em conflitos da questão agrária, ainda muito atual no Brasil, atrelada ao latifúndio, à monocultura da cana-de-açúcar e à exploração do trabalho e trabalhadores.

Palavras-chave: modernização da agricultura, resistência, organização social

RURAL DEVELOPMENT AND THE AGRARIAN ISSUE: REFLECTIONS ON THE TERRITORY OF MATA SUL, PERNAMBUCO

Ana Cristina Oliveira de Almeida

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
(Departamento de Educação) Universidade Federal Rural de Pernambuco
E-mail: anacris.olialmeida@gmail.com

Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza e professora na Universidade Federal do
Agreste de Pernambuco - UFape
horasa.andrade@ufape.edu.br

Luciano Pires de Andrade

Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza e professora na Universidade Federal do
Agreste de Pernambuco - UFape
luciano.andrade@ufape.edu.br

Abstract

The development of productive forces in the Brazilian countryside is linked to the social and natural relationships established to establish projects for Brazilian agriculture under the interests of the various categories involved, promoting inevitable conflicts. This work aims to analyze and discuss the relationship between the modernization of Brazilian agriculture and the agrarian issue, and what are the influences of these processes in the reality of the Territory of Mata Sul, Pernambuco. The data were collected through an integrative review and the selection of studies was based on a Boolean analysis of the bibliography consulted on the agrarian issue in Pernambuco and in Brazil, from the abstract, key words, and title based on the generating question of this research. Interviews were also carried out with key-informants, who are representatives of segments in the Territory of Mata Sul of Pernambuco. The reality of the studied territory is a synthesis of historical processes existing in the rural environment to develop a project of agricultural modernization rooted in conflicts of the agrarian issue, still very current in Brazil, linked to latifúndia, sugarcane monoculture, and the exploitation of labor and workers.

Keywords: modernization of agriculture, resistance, social organization

A questão agrária, como afirma Stedile (2005, p. 15), tem interpretações e análises da realidade agrária a partir da organização da posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira. Para o autor, nos anos entre 1930 a 1945 está marcada a subordinação econômica e política da agricultura à indústria, mas o fato da burguesia industrial ter origem nas oligarquias rurais, é que mantém estas nas atividades de acumulação das exportações de café e açúcar, contrariando os processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos.

Com o advento da ditadura militar em 1964, a reforma agrária dá lugar ao projeto de “modernização conservadora” da agricultura, a partir da articulação dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito público, mas sem mudança da estrutura agrária e com impacto nas relações sociais e ambientais (DELGADO, 2014, p. 34).

Em Pernambuco, o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, mais conhecido como SUAPE, localizado no Território da Mata Sul, faz parte de um projeto de governo para o desenvolvimento em infraestrutura e que reúne empresas multinacionais que exportam e lucram com a comercialização dos produtos nacionais. Este é mais um exemplo de projetos de modernização que tem ocasionado na atualidade conflitos pela terra, pelo território, pela vida (PÉREZ & GONÇALVES, 2012a, p. 172).

Para alcançar a sustentabilidade, o poder e o acesso aos recursos naturais necessitam estar distribuídos aos membros da organização social de tal forma que suas necessidades estejam garantidas. E as consequências negativas ao longo da história, têm resultado na pobreza e na falta de acesso aos recursos naturais, as quais são patologias sistêmicas na perspectiva da Agroecologia (MOLINA, 2011, p. 58).

Os movimentos sociais do campo têm histórica contribuição para a organização dos camponeses e trabalhadores rurais para a garantia de direitos considerando, sobretudo, as relações sociais e o meio em que vivem. Assim é a Via Campesina que, como afirma Vieira (2012, p. 61), compreende os impactos do grande capital transnacional no mundo rural como condição para a organização dos movimentos rurais numa ampla articulação internacional.

Na perspectiva analítica do Movimento de Mulheres Camponesas que faz parte da Via Campesina, Táboas (2018, p. 64) observa que a identidade camponesa é marcada pelo pertencimento a questões como território geográfico, político e cultural, mas também à

produção da vida atrelada às relações humanas e com a natureza, numa síntese de projeto político a que estão envolvidas.

Compreendendo esta condição do mundo rural brasileiro, se questiona, portanto, como o Território da Mata Sul de Pernambuco tem se desenvolvido perante os avanços da modernização da agricultura no que tange as questões necessárias para a continuidade da vida das populações neste espaço.

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir a relação entre a modernização da agricultura e a questão agrária brasileiras, e quais as influências desses processos na realidade do Território da Mata Sul de Pernambuco.

O artigo está organizado em uma breve introdução sobre a temática a que se pretende explorar neste trabalho sobre a modernização da agricultura, seus propósitos e impactos. Por conseguinte, descreve-se a metodologia para coleta de dados e como estes foram trabalhados. Em seguida, busca-se refletir num primeiro tópico como os projetos políticos na história do país até a atualidade marcam o processo de modernização, num segundo tópico se pretende avançar pelo Território Mata Sul destacando como foi a modernização da sua agricultura e em seguida destaca-se noutro tópico a resistência e o projeto populares que contrapõem o cenário atual, finalizando nas conclusões e proposições para esse estudo.

O Território a ser estudado neste artigo é da Mata Sul de Pernambuco que compreende 19 municípios: Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Bonito, Catende, Cortês, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiial, Palmares, Primavera, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Tamandaré e Xexéu (MDA, 2015, p. 1).

A principal atividade agropecuária e agroindustrial no território é proveniente da cana-de-açúcar e seus derivados, mas há os cultivos de banana, mandioca, hortaliças, inhame e coco; a bovinocultura; a pesca artesanal; o extrativismo de mariscos e crustáceos; e o cultivo de outras fruteiras tropicais. A atividade turística está presente no território pois tem recursos naturais que já vêm sendo explorados (praias, Mata Atlântica, estuários, rios etc.), pela cultura (gastronomia, artesanato, danças, folguedos etc.) e pela história (usinas, engenhos, igrejas, batalhas etc.) (JUNIOR *et al.*, 2021).

Neste estudo foi utilizado o método de revisão de literatura integrativa buscando responder à pergunta “A modernização da agricultura tem gerado impacto sob a questão agrária do território da Mata Sul de Pernambuco?”. Portanto, buscou-se relacionar a discussão deste estudo acerca de temas transversais como Conflitos ambientais e Agroecologia: a gestão e autogestão do território; Cultura, Colonialismo e identidade territorial do campesinato na Mata Sul; e Desenvolvimento: modelos em conflito na Mata Sul de Pernambuco.

A revisão integrativa é uma abordagem metodológica, podendo incluir estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado, permite uso de dados de literatura teórica e empírica, e também abrange definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (SOUZA, SILVA & CARVALHO, 2010, p. 103). Quando utilizada como método para elaborar uma revisão da literatura, a revisão integrativa da literatura possibilita sintetizar e analisar o que já foi produzido cientificamente sobre o que está sendo investigado (BOTELHO, CUNHA & MACEDO, 2011, p. 133).

Os dados foram buscados de forma exploratória, e a seleção dos estudos foi feita a partir do resumo, palavras-chave e título, com base na pergunta geradora desta pesquisa e através da análise booleana da bibliografia consultada a respeito da questão agrária em Pernambuco e no Brasil. Também foram realizadas entrevistas com informantes-chave, os quais são representantes de seguimentos no Território da Mata Sul de Pernambuco.

Pela perspectiva booleana, um elemento está dentro ou fora de um dado conjunto e os conjuntos são considerados sistemas bivalentes com seus próprios estados, alternando entre inclusão ou exclusão. Portanto, um dado elemento tem grau de pertinência 0 se não pertencer ao conjunto e grau de pertinência 1 se o elemento pertencer ao conjunto (LOPES & SILVA, 2020, p. 491).

No universo de participantes deste estudo, enquanto informantes-chave, estão os representantes membros da Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Palmares, Comissão de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia dos territórios Agreste e Sertão de Pernambuco, Fórum de Enfrentamento aos Impactos do Complexo Industrial Portuário, Centro Feminista de Mulheres, Rede de Mulheres da Mata Sul, Associação Desenvolvimento Agroindustrial de Serro Azul (ADASA), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Medicina Popular, Centro das Mulheres do Cabo,

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Pernambuco (FETAPE) e Quilombo do Engenho Siqueira.

Um olhar para o desenvolvimento e a questão agrária no Brasil

No contexto histórico do Brasil, a relação entre o campesinato e a burguesia interna tem diferentes nuances que se justificam pela conjuntura política e econômica do país de dado momento. Passando pelo período da República em que alianças foram necessárias para superar as ameaças do capitalismo estrangeiro que avançava no país, até a conjuntura atual é possível identificar como é dialética a luta de classes em que está inserida a questão agrária do país.

Nos anos 1950, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) lança o “Manifesto de Agosto” em que apresenta propostas para a sociedade brasileira, a qual enfrentava problemas na estrutura arcaica da economia de resquícios feudais e de monopólio da terra, o que impedia a ampliação do mercado interno e a industrialização nacional. Foi formada então a frente democrática de libertação, a mais ampla possível reunindo vários setores como a burguesia interna, operários, camponeses entre outros. A substituição da ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário ou democrático popular (MARTINS, 1983, p. 82).

Anos após se estabelece a ditadura militar em 1964 e a relação entre o projeto de modernização conservadora dos militares e o contemporâneo pacto do agronegócio está na opção pela “mercadorização” das terras em detrimento da reforma agrária, fortalecendo mercado de terras e arrendamentos rurais com a permissão do Estado e suas instituições (DELGADO, 2014, p. 34).

A intensificação da reforma agrária no mundo no século XX está marcada, dentre outros fatores, pela modernização econômica que exigia novos padrões de produção e consumo, dentre eles o da produção agrícola, a começar pelas mudanças na estrutura fundiária e acesso a tecnologias no meio rural. Nessa era de difusão de novas configurações, o Estado esteve presente somando-se a agentes externos promovendo novas ideias e organização dos trabalhadores rurais (CARTER, 2020, p. 30).

O paradigma da questão agrária tem a luta de classes como premissa para o cenário de disputas territoriais e conflitos ocasionados para a conquista da autonomia camponesa, enquanto o paradigma do capitalismo agrário aponta para as desigualdades capitalistas e determina

solucioná-las ao submeter o mercado capitalista a uma “integração” ao campesinato ou “agricultor de base familiar” (MANÇANO, 2014, p. 43).

A grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, está representada nos diversos setores da economia – indústria, mineração, construção pesada e empresas do agronegócio que são exportadoras de produtos agropecuários. E a unidade dessas empresas é motivada pela reivindicação de favores e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro (BOITO JR & BERRINGER, 2013, p. 32).

No período de governos progressistas como o dos presidentes Lula e Dilma, a política neodesenvolvimentista tinha a intervenção do Estado visando o crescimento econômico e proteção do mercado interno e, nas políticas de combate à pobreza, os direitos sociais foram atendidos ainda que secundarizados. Já na conjuntura atual, o neofascismo tem se aliado aos liberais (burguesia) e militares que, apesar dos ganhos obtidos, há limites nessa relação já que a burguesia não tem controle sobre a ala fascista (BOITO JR, 2020, p. 7).

Nesse sentido, é possível afirmar que ações governamentais ligadas às temáticas da pobreza ou do meio rural expressam as maneiras como essas noções são apreendidas, construídas e reproduzidas pelo Estado. As formas com que o aparato estatal atua sobre o que considera como meio rural ou sobre a população definida como em situação de pobreza, por meio do arcabouço institucional de suas políticas, não só contribui para a constituição do próprio Estado como agente de alteração da realidade social, mas também amplia ou restringe as possibilidades a partir das quais a pobreza rural, enquanto fenômeno, é entendida pela sociedade (MELLO, 2018, p. 29).

A modernização da agricultura no território da Mata Sul de Pernambuco

Os impactos ocasionados pela presença dos engenhos de cana-de-açúcar, o conflito pela terra e o que o uso indiscriminado de agrotóxicos, apresentam-se como as condições em que vivem as populações locais sob o processo de desenvolvimento que busca a modernização da agricultura do território da Mata Sul de Pernambuco (MEDEIROS & PEREIRA, 2019, p. 5).

As vantagens oferecidas pelas políticas de modernização beneficiaram os latifundiários tradicionais, mas também atraíram para o campo capitais de outros setores da economia para quem o campo passou a ser colocado como uma alternativa interessante de investimento.

Grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terras, contando não apenas com a sua valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos para a realização de aplicações financeiras mais vantajosas no momento (PALMEIRA, 1989, p. 99).

Na discussão sobre os conflitos agrários, nas palavras do membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), não existe conflito ambiental sem conflito social dentro da relação entre sociedade e natureza. O conflito é, então, essa forma desigual de divisão do poder e da riqueza, a manifestação política do desenvolvimento desigual e combinado, estabelecendo-se continuamente nas relações econômicas e sociais capitalistas (CHAVES, 2021, p. 25).

De acordo com dados da CPT em seu relatório anual sobre os Conflitos no Brasil, a comparação de conflitos por terra entre os anos de 2011 e 2020 revela um aumento de 818 ocorrências de conflitos em 2011 para 1576 ocorrências em 2020. E em todo o Brasil, os conflitos no campo passaram de 1390 em 2011, para 2054 em 2020 envolvendo as questões de terra, trabalho e água (CPT, 2021, p. 22).

No aprofundamento da identificação dos conflitos agrários no território Mata Sul, identificou-se a trajetória da Usina Catende e grupo Harmonia através do representante da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Palmares que resgatou a história da Usina, o auge e o fim do ciclo hegemônico da indústria de beneficiamento da cana-de-açúcar.

Dado o processo de modernização, as transformações ocorridas nas atividades agroaçucazeiras do Brasil, na última quadra do século XIX e primeira metade do XX, ocorrem a partir de evoluções históricas diferenciadas nos séculos XVI a XIX, vinculadas aos paradigmas agroexportadores ou produção para mercados internos (GODOY, 2007, p. 56).

Para Godoy (2007, p. 57), a estrutura fundiária da indústria açucareira no Nordeste pertencia ao paradigma agroexportador do latifúndio que, por vezes, cumpria diferentes papéis como fornecedoras de matéria-prima ou no desenvolvimento de atividades complementares e/ou subsidiárias ao complexo canavieiro nuclear.

Considerando o histórico do processo de produção da cana-de-açúcar desde o período colonial aos dias de hoje, é necessário identificar os responsáveis pela hegemonia dessa produção a partir

da exploração do trabalho e trabalhadores, concentração de terras, monocultura, envenenamento da terra com o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos entre outros marcos.

Não poderia ser diferente a história da Usina Catende e a luta dos seus trabalhadores pelos direitos que lhes são legítimos pois, na busca por justiça, enfrentaram o período de decadência da cana-de-açúcar como a grande greve de 1997 que resultou num acordo judicial de cogestão da Usina.

Estava, então, instituído um projeto de longo prazo que envolveu na gestão os antigos proprietários, trabalhadores locais e um indivíduo externo, e com isso um grande desafio que era reerguer a estrutura falida e endividada, incluir a participação dos trabalhadores na administração da Usina, alfabetizar e diversificar a produção da agricultura familiar local alienada à cana-de-açúcar.

Após o decreto de sua falência, sob administração judicial, Catende resistiu produzindo açúcar e gerando trabalho e renda para 4 mil famílias por mais de 16 anos, e foi com a participação dos trabalhadores que foi possível a recuperação e sobrevivência econômica da Usina numa condição política e econômica de crise e de disputa (SÍGOLO, 2019a, p. 249).

Desde então o processo de organização da Usina a partir da inserção dos trabalhadores passa por diversos desafios, dentre eles o da gestão do empreendimento, a organização dos trabalhadores e a posse de terras. Os conflitos pelas terras da Usina ainda persistem, ameaçando as famílias que querem continuar no território de identidade e viram desenvolver.

Desafios organizativos e resistência popular no território da Mata Sul de Pernambuco

A organização dos trabalhadores e o acesso a novas políticas públicas não bastaram para impedir que os retrocessos existissem, ao passo que as conquistas iam avançando (SÍGOLO, 2019b, p. 281). Portanto, o processo de resistência é um componente importante para que os trabalhadores lutem para recuperar suas terras, fortaleçam a sua organização social e continuem construindo o território na perspectiva de torná-lo mais justo e acessível.

No território da Mata Sul há também outras experiências de autogestão em curso como a Cooperativa Agropecuária de Chã Grande situada no município de Chã Grande, criada a partir da falência da Usina Nossa Senhora do Carmo, o que possibilitou o desenvolvimento agrícola

e diversificação da produção. E isto foi possível a partir das indenizações trabalhistas e assentamento das famílias em áreas entre 1 e 5 hectares em média.

Quanto aos grupos sociais presentes no território Mata Sul, é evidente a participação e contribuição das mulheres e jovens. As representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Pernambuco (FETAPE) e do Quilombo do Engenho Siqueira representaram as mulheres lideranças do território e conscientes dos desafios para o desenvolvimento das suas comunidades.

Em regiões marginalizadas, o trabalho da mulher rural é em geral mais complexo quando comparado ao dos homens pois, são determinadas atividades produtivas específicas compartilhadas e com responsabilidades diferentes, além de outras tarefas rurais relacionadas ao gado maior e outras atividades agrícolas como o cultivo de cereais (VIDAL, 2011, p. 1146).

Os jovens do Mata Sul participam das discussões no território a partir do Comissão de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia, a qual também está presente nos territórios Agreste e Sertão de Pernambuco. Esta comissão, que iniciou seus trabalhos em 2005, tem como princípio a adesão voluntária dos jovens que queiram desenvolver atividades coletivos e discutir sobre as problemáticas do território.

O membro representante da Comissão de Jovens do município de Catende/PE, relatou que a situação dos jovens reflete diretamente na sucessão rural pois, muitos jovens saem do seu território a procura de trabalho. Somado a isso, há resistência para a participação dos jovens nos espaços organizativos das comunidades.

Analisando a dinâmica de vida de juventude rural em um assentamento da reforma agrária, Lopes e Carvalho (2016, p. 584) afirmam que as necessidades de reprodução social da família camponesa se vinculam a projetos de vida e, devido às dificuldades de os jovens se inserirem nas atividades produtivas com incentivo do Estado, buscam outras atividades fora do assentamento.

Enquanto os jovens de algumas comunidades lutam por espaço, existência e participação, no Quilombo Engenho Siqueira situado em Pesqueira/PE há dificuldades em aproximar os jovens da comunidade e buscam compreendê-los e lançar estratégias de envolvimento às atividades desenvolvidas pelas famílias, como foi relatado pela representante desta comunidade.

Na análise dos desafios de permanência dos jovens no meio rural, Oliveira *et al.* (2021, p. 16) observaram que além da melhoria na infraestrutura de trabalho propiciou um trabalho mais leve, como máquinas e equipamentos. Mas há outros fatores que contribuem para a permanência do jovem no campo: remuneração, divisão dos resultados financeiros, participação na gestão e na tomada de decisões.

Como visto nos relatos dos representantes comunitários, acredita-se que a falta de renda, o preconceito racial e as condições precárias de vida podem abrir espaço não só para o alcoolismo e o consumo de drogas ilícitas, como também para outras situações de degradação da condição humana como a violência.

A aproximação dos jovens à sua comunidade é fundamental para sua identidade com o território, e a comunicação popular ou comunitária pode ser uma estratégia para envolver os jovens, a partir das redes sociais e outras ferramentas, com a sua realidade local, fomentar a sua autonomia e superar problemas.

A comunicação de massa cria imagens e conceitos segundo os quais o Nordeste é pobre e a seca é uma realidade incontestável, mas há a comunicação comunitária que cria mecanismos e instrumentos capazes de mudar o olhar sobre o local e os sujeitos que nela vivem a partir da realidade cotidiana (BELTRÃO *et al.*, 2017 p. 24).

Em um projeto que envolveu uma experiência em educação e tecnologia no meio rural, Silva *et al.* (2016, p. 798) observaram que para uma verdadeira inclusão digital e, conseqüentemente socioeducacional, os recursos e dispositivos tecnológicos não são suficientes já que muitos já o possuem mesmo vivendo em comunidades rurais, mas se mostra importante estimular a comunicação e o exercício da opinião e a interatividade entre aluno e professor.

Para a existência da Revolução Verde e para o fortalecimento do agronegócio, o Estado dá apoio irrestrito, como observaram Heredia *et al.* (2010, p. 165) em pesquisas bibliográficas e de campo que são os enormes investimentos que expõem a relação entre o agronegócio, Estado e políticas públicas, garantindo sua viabilidade e expansão.

Somado à isso, há os grandes projetos de desenvolvimento que tem provocado conflitos socioambientais evidenciando as injustiças e desigualdades do processo de (re) produção do espaço geográfico, buscando no confronto político o estabelecimento de “espaços diferenciais”

diferente do modo de produção dominante que prioriza a produção e acumulação do capital à custa de toda à sociedade (BARROS & SILVEIRA, 2010a, p. 169).

A exemplo do Complexo Portuário Industrial de SUAPE, que promoveu desenvolvimento e impactos socioambientais às comunidades que o Complexo abrange. Para Barros e Silveira (2010b, p. 177), a regulamentação dos recursos ambientais que favorece a industrialização em detrimento da espoliação dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais, vem se tornando a causa de conflitos socioambientais.

E para estes povos, como afirmam Pérez e Gonçalves (2012b, p. 176), faz-se necessário lutar para continuar resistindo e reexistindo a partir da criação de Reservas Extrativistas – (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a partir de organizações populares como as colônias de pesca, movimentos sociais, comunidades tradicionais.

A Ilha de Mercês, localizada no município de Ipojuca e que faz parte das 28 comunidades inseridas no Complexo Industrial Portuário de SUAPE, após muitas lutas e violências enfrentadas teve seu território reestabelecido desde 2016 a partir do reconhecimento das terras como comunidade quilombola, conforme relatou a liderança comunitária que representa o Fórum de Enfrentamento aos Impactos de SUAPE. No entanto, há relatos de que outras tantas comunidades ainda enfrentam impactos, como o racismo ambiental, provocados pelo Complexo e os conflitos que têm infringido os direitos dessas populações.

Portanto, Oliveira (2013, p. 14) propõe ser necessário um planejamento territorial que efetivamente inclua grupos prioritários como jovens, mulheres, grupos quilombolas e indígenas considerando que o acesso desses grupos aos benefícios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é ainda incapaz de gerar processos mais amplos de participação e desenvolvimento social.

Pode-se afirmar que é necessário fortalecer e criar outras políticas públicas para o campesinato e agricultura familiar que promovam a valorização do trabalho das mulheres possibilitem a fixação do jovem e condições para a sucessão rural, fundamentalmente.

Alguns desafios estão postos como observado por Siliprandi (2019, p. 331), que afirma que o fato de valorizar a agricultura familiar/camponesa/indígena na perspectiva da produção

agroecológica traz possibilidades para a valorização das mulheres na sua construção a qual, no entanto, não é possível de se realizar de forma simples.

Vale destacar a participação da representante membro do Centro Feminista de Mulheres do Cabo que divulgou o trabalho que a Rede de Mulheres da Mata Sul realiza no território como o programa de comunicação Rádio Mulher que realiza debates sobre a autonomia e políticas públicas e o Programa “Chapéu de Palha Mulher” que coordena ações para as mulheres rurais em formato de formação buscando discutir e promover a autonomia econômica das mulheres.

A Rede de Mulheres da Mata Sul ainda faz parte do Comitê de Monitoramento de Violência do Complexo Industrial Portuário de SUAPE que discute ações coletivas e faz levantamento de dados e o Fórum de Enfrentamento aos Impactos Complexo Industrial Portuário de SUAPE que discute e monitora questões como poluição, terra, trabalho e violência no território.

Dada a realidade do campesinato na atualidade, observa-se a influência da questão agrária e os conflitos por terra, a modernização da agricultura, as mudanças climáticas, as migrações e o êxodo rural entre outras externalidades que têm mudado o curso de vida e a existência do campesinato. Mas são as experiências da história e do presente que nos mostram que a resistência possibilita a re-existência deste campesinato.

Não por acaso, grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam, em todas as regiões, apresentando a autonomia dos agricultores familiares enquanto portadores de uma experiência camponesa, tornando-os capazes de desenvolver o meio rural e a produção sob outros moldes (WANDERLEY, 2014, p. 31).

Com isso, são plausíveis as experiências de comercialização e cooperativismo identificadas na Imersão do território Mata Sul de Pernambuco que buscam dar visibilidade ao campesinato representado pelas mulheres e homens que se desafiam a comercializar seus produtos excedentes nas feiras e outros mercados locais como a Associação Desenvolvimento Agroindustrial de Serro Azul (ADASA), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Medicina Popular, Centro das Mulheres do Cabo entre outros.

Conclusão

A conjuntura da Mata Sul de Pernambuco tem a questão da estrutura agrária como uma conflituosa realidade enfrentada pelos povos que fazem parte do território e, não por acaso, predominante no Brasil e atrelada ao latifúndio, à monocultura da cana-de-açúcar e à exploração do trabalho e trabalhadores.

É evidente o impacto do agronegócio no ambiente e na vida dos trabalhadores, resultando em problemas de saúde comunitária com a aplicação desordenada de agrotóxicos, a geração de renda que é insuficiente, a terra que é um bem comum inacessível e o trabalho que se torna degradante sob estas condições impostas.

O Estado e seus poderes (executivo, legislativo e judiciário) em muitos aspectos estão voltados contra os trabalhadores e trabalhadoras, haja vista que foram relatadas experiências de ausência do Estado na execução de políticas públicas, na solução dos conflitos, havendo tensionamento de conflitos e criminalização dos movimentos sociais locais.

Portanto, os conflitos discutidos e problematizados neste trabalho põem em xeque o modelo de desenvolvimento capitalista que vivemos. É necessário que as experiências populares sejam apresentadas, estudadas e divulgadas para que possamos construir saídas para as crises que vivenciamos.

Considerando que o meio rural é mal remunerado e pouco valorizado, é necessário pensar como dinamizar a economia no território Mata Sul de Pernambuco, e a diversificação das atividades, sejam elas agrícolas ou não, já demonstra resultados.

Como proposta para estudos de aprofundamento futuros, está o trabalho sobre autogestão que se apresenta como uma forma de organização possível, com potencial para serem desenvolvidas atividades econômicas coletivas como cooperativismo e a economia solidária dada a diversidade socioambiental encontrada no território. E a base motriz para as mudanças da realidade local pode estar relacionada com os grupos de mulheres e jovens presentes no território, os quais têm potencial para a comercialização em circuitos curtos.

Referências Bibliográficas

BARROS, A.P.; SILVEIRA, K.A. A produção do espaço rural-urbano e seus rebatimentos nos conflitos socioambientais na área de SUAPE, Pernambuco – Brasil. *CADERNOS CERU*, série 2, v. 21, n. 1, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-45192010000100009> . Acesso em: nov. 2021.

BELTRÃO, S.L.L. *et al.* **Ações de comunicação para a convivência com o Semiárido brasileiro**. 1ª ed, Brasília: Embrapa, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/161337/1/Acoes-comunicacao-semiarido.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

BOITO JUNIOR, A. **A democracia em pedaços**. 2020. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-democracia-em-pedacos/?doing_wp_cron=1638842101.5551769733428955078125. Acesso em: dez 2021.

BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>. Acesso em: nov. 2021.

BOTELHO, L.L.R.; CUNHA, C.C.A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e sociedade*, v.5, n. 11, p.121-136, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Acesso em: dez. 2021.

CARTER, M. Desigualdade social, democracia e reforma agrária. *In.*: STEDILE, J.P. **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 29-40.

CHAVES, P.R. “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19. *In.*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2020**. Goiânia (GO): Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2021, p. 24-38. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao> Acesso em: ago. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2020**. Goiânia (GO): Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2021. p. 25-99. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>.

Acesso em: ago. 2021.

DELGADO, G. Questão agrária hoje. *In.*: TEIXEIRA, G.; GOMES JUNIOR, N.N. **Questão Agrária e desigualdades no Brasil**. Revista Reforma Agrária, ABRA ano 35, v.1, n.2, p. 27-40, 2014. https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/247/revista_abra_35_voll-e-2.pdf#page=23

GODOY, M.M. Civilizações da cana-de-açúcar dois paradigmas de atividades agroaçucazeiras no novo mundo, séculos XVI a XIX. **História econômica & História de empresas** x. 2, p. 7-62, 2007. <https://doi.org/10.29182/hehe.v10i2.79>

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010> . Acesso em: nov. 2021.

JUNIOR, J.F.S. **Território Mata Sul Pernambucana**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CO NT000fbz2ztdo02wx5eo0sawqe3sgio0t02.html . Acesso em: set. 2021

LOPES, L.G.R.; CARVALHO, D.B. Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. **RESR**, Piracicaba, v. 53, n. 04, p. 571-588, 2015. Disponível em: <http://10.1590/1234-56781806-9479005304001> . Acesso em: nov. 2021.

LOPES, R.C.; SILVA, R.N.F. Uso de lógica booleana na triagem de áreas aptas para a implantação de aterro sanitário no Município de Campina Verde, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 16, p. 487-499, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.21438/rbgas\(2020\)071603](https://doi.org/10.21438/rbgas(2020)071603). Acesso em: jun. 2022.

MANÇANO, B. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. *In.*: TEIXEIRA, G.; GOMES JUNIOR, N.N. **Questão Agrária e desigualdades no Brasil**. Revista Reforma Agrária, ano 35, v.1, n.2, p. 41-53, 2014.

Disponível em: https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/247/revista_abra_35_voll-e-2.pdf#page=37 . Acesso em: set. 2021.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, cap.1, p. 21-102, 1981.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Perfil territorial: Mata Sul. Brasília: MDA/SDT/CGMA, mai. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_054_Mata%20Sul%20-%20PE.pdf. Acesso em: set 2021.

MEDEIROS, L.S.; PEREIRA, M.C.B. A sociedade de risco no contexto agrário: expansão do agronegócio e resistências agroecológicas em Pernambuco. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <http://10.52719/bjas.v0i0.2286>. Acesso em: nov.2021.

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Rio de Janeiro: IPEA, cap.1, p. 27 - 44, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8826>. Acesso em: nov. 2021.

MOLINA, M. G. **Introducción a la Agroecología**. Cuadernos Técnicos SEAE, p. 55-60, 2011.

OLIVEIRA, M. F., MENDES, L., & VAN HERK VASCONCELOS, A. C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, e222727, 2021. Disponível em: <http://10.1590/1806-9479.2021.222727> . Acesso em: nov. 2021.

OLIVEIRA, G.P. Interligações territoriais: poder público e a participação política no meio rural. **Geo UERJ**, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 371-386, ago. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/4578/5034>. Acesso em: set. 2021

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: <http://10.1590/S0103-40141989000300006> . Acesso em: set 2021.

PÉREZ, M.S.; GONÇALVES, C.U. Desenvolvimento e conflito territorial - primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape-PE, Brasil. **Revista de Geografia** (UFPE) v. 29, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229050/23451> . Acesso em: nov. 2021.

SÍGOLO, V. M. Usina Catende silenciada: reflexões sobre a crise da luta por autogestão dos trabalhadores da cana em Pernambuco. In: ARAÚJO, F.S. *et al* (org.). **Dialética da autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2019, p. 235-288.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In.: NEVES, D.P.; MEDEIROS, L.S. (org.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p. 329-343, 2013.

SILVA, F. A. R.; PARREIRA JÚNIOR, W.M.; PAVAN, C.A.G. **A Voz do Campo: uma Experiência unindo Educação e Tecnologia no Meio Rural**. V Congresso Brasileiro de Informática na Educação, 2016. Disponível em: <http://10.5753/cbie.wcbie.2016.791>. Acesso em: out. 2021.

STEDILE, J. P. O debate tradicional 1500-1960. In.: STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 15-31.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, v. 8, p. 102-6, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: dez. 2021.

TÁBOAS, I.M. **É luta! feminismo camponês popular e enfrentamento à violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, 186 p.

VIDAL, D.L. Fator Trabalho no Manejo Rural no Semiárido Nordeste, Brasil. **Arch. Zootec.**, v. 60, n. 232, p. 1137-1148, 2011. Disponível em: <https://scielo.isciii.es/pdf/azoo/v60n232/art29.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

VIEIRA, F. B. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **Revista NERA**, ano 15, n. 20, p. 58-82, 2012. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i20.1865>

WANDERLEY, M.N.B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44, 2014. Disponível em: <http://10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: nov. 2021.

Recebido em 10- 01- 2022

Reavaliado em 16 – 06 - 2022

Aprovado em 29- 06 - 2022

Publicado em 25-07- 2022